
Práticas educativas em espaço não formal de educação: experiências em arquivos públicos brasileiros

Educational practices in a non-formal teaching space: experiences in brazilian public archives

Prácticas educativas en un espacio de enseñanza no formal: experiencias en archivos públicos brasileños

Filho, Décio de Santana¹ (Maceió, AL, Brasil)
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3997-4772>
Castilho, Fábio Francisco de Almeida² (Maceió, AL, Brasil)
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3281-612X>

Resumo

Na concepção do Ensino Médio Integrado – onde o ensino é entendido em seu sentido amplo — o ambiente escolar, espaço formal de educação, é parte de uma totalidade. Então, depreende-se que o conhecimento está presente para além da escola. Este artigo tem como objetivo apresentar os arquivos públicos como espaço não formal. Dessa forma, busca-se conhecer as práticas pedagógicas realizadas por instituições arquivísticas públicas brasileiras. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa exploratória e utilizam-se como técnicas de pesquisa a revisão bibliográfica e a análise documental. Para isso, estabelece-se como fonte de coleta de dados a Revista Acervo, do Arquivo Nacional, volume 18, sobre o tema Educação, e o volume 25, referente à Difusão Cultural em Arquivos. Bem como, foram analisados os sítios eletrônicos de arquivos públicos brasileiros, sendo uma instituição da esfera federal e duas estaduais. Foram destaques do estudo o Arquivo Nacional, o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul. Conclui-se que as instituições arquivísticas públicas brasileiras já realizam exposições, visitas técnicas, oficinas, lançamentos de livros, entre outras ações. Dessa forma, abertas a convivência da diversidade, podem ser utilizados para a prática educativa. Ser um lugar de produção de conhecimento escolar. Ser um lugar de produção de conhecimento escolar. Onde o professor, tendo habilidades e o compromisso político, poderá transformar os documentos em recursos didáticos.

Palavras-chave: Arquivos públicos; Práticas educativas; Espaço não formal; Ação educativa.

Abstract

In the concept of Integrated Secondary Education – where teaching is understood in its broadest sense – the school environment, formal space of education, is part of a totality. So, it appears that knowledge is present beyond the school. This article intends to present public archives as a non-formal space. Thus, it seeks to know the pedagogical practices carried out by Brazilian public archival institutions. As for the methodological procedures, it is an exploratory research and the bibliographic review and document analysis are used as research techniques. For this purpose, the Revista Acervo, from the National Archives, volume 18, on the theme of Education, and volume 25, on Cultural Diffusion in Archives, are established as data collection sources. As well, the electronic sites of Brazilian public archives were analyzed, being one institution at the federal level and two at the state level. The highlights of the study were the National Archive, the Public Archive of the State of São Paulo and the State Archive of Rio Grande do Sul. It is concluded that the Brazilian public archival institutions already carry out exhibitions, technical visits, workshops, book launches, among other actions. Thus, open to coexistence with diversity, they can be used for educational practice. Be a place of production of school knowledge. Be a place of production of school knowledge. Where the teacher, having skills and political commitment, will be able to transform documents into teaching resources.

Keywords: Public archives; Educational practices; Non-formal space; Educational action.

Resumen

En el concepto de Educación Secundaria Integrada, donde la enseñanza se entiende en su sentido más amplio, el ambiente escolar, espacio formal de educación, es parte de una totalidad. Entonces,

¹ Arquivista da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. E-mail: decio.filhos@gmail.com

² Professor de História do Instituto Federal de Alagoas, Campus Marechal Deodoro. Professor e pesquisador do Mestrado Profissional em Educação Profissional (PROFEPT). E-mail: fabio.castilho@ifal.edu.br

parece que el conocimiento está presente más allá de la escuela. Este artículo pretende presentar los archivos públicos como un espacio no formal. De esta forma, busca conocer las prácticas pedagógicas realizadas por las instituciones públicas de archivos brasileños. En cuanto a los procedimientos metodológicos, se trata de una investigación exploratoria y se utilizan como técnicas de investigación la revisión bibliográfica y el análisis de documentos. Para ello, se establecen como fuentes de recogida de datos la Revista Acervo, del Archivo Nacional, volumen 18, sobre el tema de la Educación, y el volumen 25, sobre Difusión Cultural en los Archivos. Asimismo, se analizaron los sitios electrónicos de los archivos públicos brasileños, siendo una institución a nivel federal y dos a nivel estatal. Los aspectos más destacados del estudio fueron el Archivo Nacional, el Archivo Público del Estado de São Paulo y el Archivo del Estado de Rio Grande do Sul. Otras acciones. Así, abiertos a la convivencia con la diversidad, pueden utilizarse para la práctica educativa. Ser un lugar para la producción de conocimientos escolares. Ser un lugar para la producción de conocimientos escolares. Donde el docente, con habilidades y compromiso político, será capaz de transformar documentos en recursos didácticos.

Palavras-Clave: Archivos públicos; Prácticas educativas; Espacio no formal; Acción educativa.

Introdução

No conjunto das teorias de aprendizagem, as classificadas como construtivistas, encontra-se Vygotsky. A sua teoria nos apresenta a relação do desenvolvimento intelectual com a aprendizagem em meio social. Para o teórico o aprimoramento intelectual ocorre sob a tríade, aluno, professor e o meio. Sendo o meio compreendido como a cultura, a sociedade e as interações. Por último, o aperfeiçoamento do desenvolvimento cognitivo do ser humano depende da sociabilização, das relações sociais vivenciadas, do uso de instrumentos e signos produzidos culturalmente (MOREIRA, 2017).

Observa-se que a sociedade da aprendizagem estimula a identificação e compreensão dos diferentes espaços multirreferenciais de aprendizagem, existentes na nossa sociedade, bem como, elaborar métodos inovadores para a aquisição de conhecimentos (FROES, 2000).

Na concepção do Ensino Médio Integrado – onde o ensino é entendido em seu sentido amplo — o ambiente escolar, espaço formal de educação, é parte de uma totalidade. Nesse raciocínio, Borges (2017) explica que a prática educativa humaniza quando garante ao sujeito o acesso ao conjunto da totalidade da produção do homem. Então, depreende-se que o conhecimento está presente para além da escola.

Diante disso, no Brasil o reconhecimento da função educativa e pedagógica dos arquivos públicos inicia-se nos últimos anos da década de 1980, devido aos debates sobre as reformas curriculares e sobre o tema da educação para o patrimônio, oriunda dos Museus (BARBOSA, 2013). Apesar de estar incluída nos métodos didáticos brasileiro, a ação educativa é pouca explorada. Assinala que é praticada de forma circunstancial ou “colocam os arquivos em situação de destaque em ações

culturais, mas deficientes nas educativas, ora ocorre o inverso.” (SANTOS; BORGES, 2014, p. 338).

Logo, considerando que as instituições arquivísticas são federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, neste estudo não pretendemos relacionar todas as experiências. Desse modo, realizou um recorte para ilustrar a realidade brasileira. O objetivo foi apresentar alguns exemplos, os quais foram destaques de pesquisas analisadas.

Assim, foram abordados o arquivo público de São Paulo e do Rio Grande do Sul, da pesquisa de Keyla Santos e Jussara Borges (2014), intitulada “Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros”. Além desses, a dissertação de Andresa Barbosa (2013), “Arquivo e sociedade: experiências de ação educativa em Arquivos brasileiros (1980-2011)”, com destaques para os arquivos públicos do Estado de São Paulo e o da Cidade de Belo Horizonte. Finaliza-se com as experiências publicadas nas Revista Acervo, do Arquivo Nacional, volume 18, sobre o tema Educação e o volume 25, referente à Difusão Cultural em Arquivos. Finalmente, os arquivos já mencionados acrescenta-se o Arquivo Nacional.

Espaço não formal de educação: o que diz a literatura

No pensamento do chamado mundo global, no qual a característica principal é a velocidade que são disseminadas a informação e o conhecimento, Fróes (2000) entende que a reestruturação do capital, a transnacionalização da economia, as formas de distribuição (divisão) internacional da produção e do trabalho e a (re)organização dos processos produtivos impõem o questionamento de valores, como educação, representatividade, soberania nacional e cidadania.

À vista disso, são redimensionados os lugares tradicionais de produção do conhecimento para diferentes espaços socioculturais e econômicos. A escola, por exemplo, lugar tradicional da educação formal,

torna-se alvo de críticas de diversos grupos sociais que alegam não estar a mesma cumprindo o complexo papel que lhe foi consignado, incluindo a socialização do saber historicamente produzido, a construção pessoal do conhecimento, a formação para o trabalho e a produção de identidades coletivas, em especial a de indivíduos que, vivendo em sociedade, (con)formam a cidadania. (FRÓES, 2000, p. 284).

Essa realidade determina que grupos sociais busquem alternativas para a

educação. E uma “multiplicidade de espaços de aprendizagem começa a ter visibilidade e a se impor como socialmente relevante.” (FRÓES, 2000, p. 285).

Isto posto, tornam-se lugares de aprendizagem os espaços culturais e recreacionais, clubes, academias, local de trabalho, instituições públicas, parques ecológicos, casas de espetáculos, grupos musicais. Além desses, são explicitadas as redes locais que as pessoas constroem ao longo da vida, nos ambientes da escola, do lar, do terreiro de candomblé em *shopping center*. Pois, são lugares onde é possível encontrar vários conhecimentos e interpretações da realidade (FRÓES, 2000). Nesse sentido, os processos educativos também estão em espaço não-formal e informal.

No centro das discussões teóricas das ciências sociais aplicadas, a crise da modernidade³ possibilitou o surgimento e o reconhecimento do saber educativo, de novas práticas pedagógicas e processos educativos, antes invisibilizados, ganharam destaques como forma de aprendizagem. Assim, segundo Gohn (2009), foram determinadas as condições que viabilizaram a prática da educação não-formal.

Divide-se os campos de desenvolvimento da educação em três. São eles, a educação formal, educação não-formal e informal. Assim, Gohn (2016, p. 60) os define:

a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal é aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, no bairro, no clube, durante o convívio com os amigos etc. 7 carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via processos de compartilhamento de experiências, principalmente por intermédio de espaços e ações coletivas cotidianas.”

Na literatura da Educação aponta que ainda não há um consenso entre os pesquisadores sobre o conceito de educação não formal. Por essa razão entende-se como necessário adicionar a concepção de Cerqueira e Gonzalez (2016, p. 382),

Educação não formal pode ser considerada um processo de ação educativa intencional, dialógica, emancipadora, criativa, porém realizada em espaços e tempos não convencionais, sem grandes estruturações sistemáticas, através de instituições não escolares.

A educação não-formal não visa substituir ou competir com o sistema de

3 Uma crise de paradigmas nos campos investigativos, inclusive nos campos relacionados à educação, surgindo novos conceitos e diferentes proposições para um mesmo estudo (CERQUEIRA; GONZALEZ, 2016, p. 382).

ensino escolar. Considera-se uma complementação da educação formal, mediante programações específicas, articulando escola e comunidade educativa localizada em espaço urbano ou rural. A educação não-formal ocorre fora da escola, por exemplo, em instituições, no movimento social, conselhos gestores, Organizações Não Governamentais (ONGs), museus, cinemas, galerias de artes e demais espaços onde poderá ocorrer processos interativos intencionais (GOHN 2006, 2016).

Por conseguinte, aponta-se os fatores da Educação Não Formal em relação à sua interação com a Educação Formal são: a) Há um conteúdo difícil de ser ensinado em sala de aula, ou que pode ser melhor intermediado fora dela, por razão da sua constituição ou construção na mediação didática. Isto se relaciona com a formação de novas “habilidades e competências” (ou capacidades) necessárias para o curso do estudante com atividades externas; b) Há uma busca com a formação de um conhecimento prático ou na sua materialização cotidiana ou artificial, formação de um conhecimento laboral ou “melhoramento de constructos cognitivos” sobre um determinado conteúdo com recursos não disponíveis na escola; c) Existe a apresentação de um ambiente fora da escola (formal) para um ambiente diferente do conhecido, o que pode produzir “expectativas para novas experiências”; d) Procura-se um ambiente onde este conhecimento seja manipulado por profissionais, pesquisadores ou pessoas com experiência nos mesmos para poder compartilhar informações relevantes, ou seja, procura-se “reconhecer novos referenciais de autoridade sobre objeto de conhecimento no mundo”; e) O processo de ensino-aprendizagem ocorre (possivelmente) por “novos canais de informação e interação entre visão, audição, tato, gustação, olfato”; f) Observa-se “novos procedimentos de estudos em novos ambientes”; g) Toda esta disponibilidade tem uma razão social, econômica ou cultural nas quais é mantida num mundo complexo. Isto traz uma “significação externa à escola” necessária para a compreensão de mundo e de identidade local. (SANTOS; TERÁN, 2013).

Referente aos espaços não-formal de Educação, considerando a pesquisa de Jacobucci (2008), a definição é, são espaços não-escolar que possuem potencial para a prática de ações educativas. Sendo assim, na categoria Instituições, temos os Museus, Centros de Ciências, Parques Ecológicos, Parques Zoobotânicos, Jardins Botânicos, Planetários, Institutos de Pesquisa, Aquários, Zoológicos. Esses são espaços regulamentados e possuem equipe técnica responsável pelas atividades

executadas. Na categoria Não-Instituições estão incluídos teatro, parque, casa, rua, praça, terreno, cinema, praia, caverna, rio, lagoa, campo de futebol. São os ambientes naturais ou urbanos que não dispõem de estruturação institucional, mas onde é possível adotar práticas educativas.

Ação educativa em arquivo público

Foi no ano de 1950, na França, que foi implantada o primeiro serviço educativo em arquivo, ampliando a função das instituições para além da guarda e preservação de fundos documentais provenientes da administração pública. A época, o diretor do Arquivo Nacional da França, Charles Braibant, motivado pela renovação pedagógica, a Instituição era subordinada ao Ministério da Educação, cria o serviço educativo. Braibant objetivava que o aluno tivesse contato com o documento histórico. Conseqüentemente, o resultado desse método de ensino resultaria no desenvolvimento das capacidades de observação, reflexão e curiosidade científica (BRAIBANT, 1957, apud PEGEON ANNICK, 2012).

Fato esse relevante, pois estabeleceu um potencial da instituição como espaço de conhecimento e aprendizagem; para práticas pedagógicas, tendo o reconhecimento dos documentos como recurso didático para o ensino. Com isso, os arquivos públicos abrem-se para as demandas do público escolar. Ainda acaba por definir uma tendência internacional; e marca o início da aproximação com a educação.

Freire (2009), em seu estudo sobre difusão cultural e educativa em arquivo, apresenta um conceito de ação educativa. Esse é uma transposição, cabendo para a atividade desenvolvida em Arquivo, pois não deixam também de ser um espaço para aquisição de saber escolar. A definição é extraída do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Assim, “são atividades extracurriculares que contribuem para o trabalho escolar e que são realizadas de acordo com o projeto político-pedagógico da escola e dos próprios arquivos”.

Bellotto (2006), reforçando o formato do universo da atividade educativa em arquivo, frisa que é uma ação destinada aos alunos do ensino fundamental e médio, visto que o estudante universitário do campo das ciências humanas utiliza o arquivo como laboratório de pesquisa. Ainda, a historiadora comenta, quanto ao potencial dos documentos para o saber escolar, “o arquivo, esteja onde estiver, ilustra de forma irrefutável e motivadora a História.” (BELLOTTO, 2006, p. 233).

Isto posto, com base em Bellotto (2006), as ações educativas podem ser compreendidas das seguintes formas:

- a) Visitas – Organizadas pelo pessoal do arquivo. Mostra-se as dependências do arquivo, incluindo o tratamento técnico. Nessa atividade o visitante terá conhecimento sobre a definição do arquivo, seus conjuntos documentais mais expressivos, a rotina de atendimento ao cidadão e o trabalho técnico, de preservação, arquivamento e digitalização, por exemplo.
- b) Aula de história no arquivo – Ocorre uma seleção prévia dos documentos, articulados com o currículo programático escolar. Na sequência, o professor com a sua turma de alunos se deslocam para o arquivo, onde acontecerá a aula.
- c) Atendimento de alunos isoladamente ou em grupos - Transcorre com o auxílio do pessoal do arquivo e sob orientação do professor. O aluno ou grupo terá um funcionário da instituição como mediador, apoiando-o no uso dos instrumentos de pesquisa, para consultar e localizar os documentos necessários para o desenvolvimento da pesquisa solicitada pelo professor.
- d) Concurso jovem Historiador – Os alunos deverão realizar uma pesquisa, de acordo com o tema indicado, com as fontes informacionais armazenadas no arquivo público. Para facilitar o trabalho, escolhe-se temas amplos, adequados com a idade, nível escolar, competência e conhecimento dos participantes.
- e) Divulgação de reprodução de documentos e publicações – São produzidas valises pedagógicas, agrupados documentos que se constituem em material didático. Os quais serão distribuídos pela rede escolar. Outra opção é confecção de painéis itinerante, para as exposições temáticas. Por último, há a publicação de documentos destinados para o público escolar.
- f) Exposição de originais no recinto do arquivo – É uma exposição organizada especificamente para o público escolar, para atender ao ensino de história. O tema selecionado é apresentado aos alunos em sala de aula, para que tenham conhecimento prévio do que será exibido. Deve decorrer associadas de objetos de museus e de livros.

Práticas educativas em instituições arquivísticas brasileira

Em relação a atividades de caráter educativo e cultural, as instituições arquivísticas brasileiras promovem palestras, debates, lançamentos de obras e

concursos sobre temas de história geral do Brasil e História regional (BELLOTTO, 2006).

A consolidação da ação educativa ocorreu na década de 1990 com a publicação da Lei n.º 8.159/1991, a Lei de Arquivo. Dessa forma, a ação educativa em arquivo no país está consagrada teoricamente, com base na Arquivologia, e legalmente, com base na Constituição e na Lei de Arquivo (BARBOSA, 2013).

As ações educativas e culturais nos arquivos públicos devem ter um papel de protagonismo, junto as demais funções primordiais. Para Barbosa, Freitas e Silva (2014), o desafio é fazer os documentos se transformarem em recursos didáticos para o público escolar e demais cidadãos. Além disso, assinalam como fatores desafiadores, a ausência de recursos financeiros, os investimentos acabam sendo escassos para estimular programas ou projetos; instalações precárias; e as ações educativas são vistas com uma atividade secundária. Todavia, essas atividades são essenciais para essas instituições, porque ressignifica a compreensão da sociedade quanto ao seu valor sociocultural.

No estudo recente sobre as atividades culturais e educativas realizadas pelos arquivos estaduais brasileiros, Borges e Santos (2014) identificaram que as ações desenvolvidas pelas instituições arquivísticas públicas são exposições físicas e virtuais, visitas, palestras, oficinas. Seminários, aulas no arquivo, apresentação musical, concurso, dentre outras. Deste leque de atividades as exposições físicas e virtuais são mais recorrentes. Na pesquisa, as autoras evidenciaram que as instituições estaduais têm dificuldades para elaborar e manter seus serviços educativos. É uma situação que impacta na aproximação regular com um público mais diversificado. Ainda, foram destaques o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo Público do Rio Grande do Sul, pois, mantêm serviços educativos e culturais de forma sistemática.

No APESP as primeiras práticas educativas voltadas para o público escolar iniciaram no ano de 1997, com o projeto denominado de Ação Educativa e Cultural no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Até o ano de 2005 foram desenvolvidos vários projetos, como oficinas pedagógicas destinadas para os professores de história da educação básica. Essas atividades objetivava o uso de fontes iconográficas e documentos oficiais na construção do conhecimento histórico em sala de aula. Ainda se cita aulas no arquivo, na qual consistia a utilização pelos professores do espaço da

Instituição como sala de aula e o seu conjunto documental como recurso didático. No caso das exposições itinerantes nas escolas, abordavam-se vários temas registrados nos documentos (BARBOSA; SILVA, 2012).

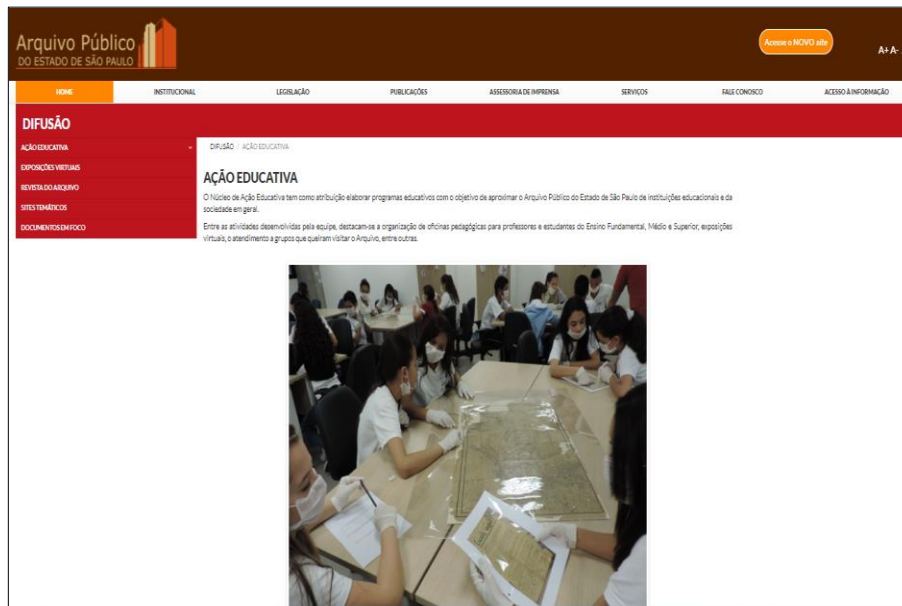


Figura 1: Arquivo Público do Estado de São Paulo
Fonte: APESP, 2021.

O APESP realizou parceria com a Secretaria de Educação promovendo a elaboração de oficinas para professores da rede pública de ensino. No de 2006 a ação educativa e cultural é institucionalizada com a publicação do Decreto n.º 50655, de 30 de março de 2006. Assim garante à atividade como uma atribuição legal do Arquivo. Acrescenta-se ao conjunto de atividades realizadas pelo Núcleo de Ação Educativa, as visitas monitoradas, leitura paleográfica de documentos, seminários, aulas temáticas, oficinas pedagógicas presenciais e à distância, exposições físicas e virtuais; e parcerias com as escolas (BARBOSA; SILVA, 2012).

Referente às exposições virtuais, destacam-se no *site* antigo do APESP, com *link* mantido disponível, a disponibilidade de acessar as exposições educativas, atualmente com 13 temas. O espaço objetiva “dar acesso a documentos públicos devidamente tratados e favorecer a pesquisa, proporcionando conhecimento e entretenimento cultural aos seus visitantes” (APESP, 2021).

Ao público em geral, para facilitar a aquisição de conhecimentos, estarão disponíveis materiais relacionados ao tema escolhido, tais como palestras em vídeos,

artigos científicos, indicações bibliográficas entre outros. É um material que o professor poderá utilizar em sala de aula.

Além disso, é possível aproveitar as atividades pedagógicas, que são sugestões pontuais que visam ao uso de documentos de arquivos nas escolas. São formuladas com base nos PCNs para o ensino médio.

O próximo arquivo estadual a ser apresentado é o do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), com 115 anos de existência. O planejamento e a execução das ações voltadas à Educação Básica e Superior estão sob a responsabilidade do Núcleo de Difusão e Ação Educativa. Desse modo, além das visitas guiadas físicas e virtuais, eventos, cursos, para o ensino escolar são destaques as Oficinas de Educação Patrimonial, em funcionamento desde o ano de 2009, as quais são aplicadas sob a forma que segue:

A) Os Tesouros da Família Arquivos. O público principal são os estudantes dos 6º e 7º anos do Ensino Fundamental, aborda sobre a escravidão no Rio Grande do Sul. Utiliza documentos diversos, possibilitando o contato dos alunos com a história de vida, luta e resistência de homens e mulheres escravizados nos séculos XVIII e XIX.

B) Desvendando o Arquivo Público: relações de gênero na história. Destinado aos estudantes dos 8º e 9º anos, utiliza com material didático os tipos documentais: inventário, processo-crime, certidão de nascimento, habilitação de casamento e processo de desquite. Assim fomenta reflexão sobre as relações de gênero como construções históricas.

C) Resistência em Arquivo: patrimônio, ditadura e direitos humanos. Direcionados para estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Promove discussões sobre a ditadura civil-militar brasileira utilizando fontes que registram a trajetória de ex-presos políticos.

Figura 2: Ação educativa no APERS.



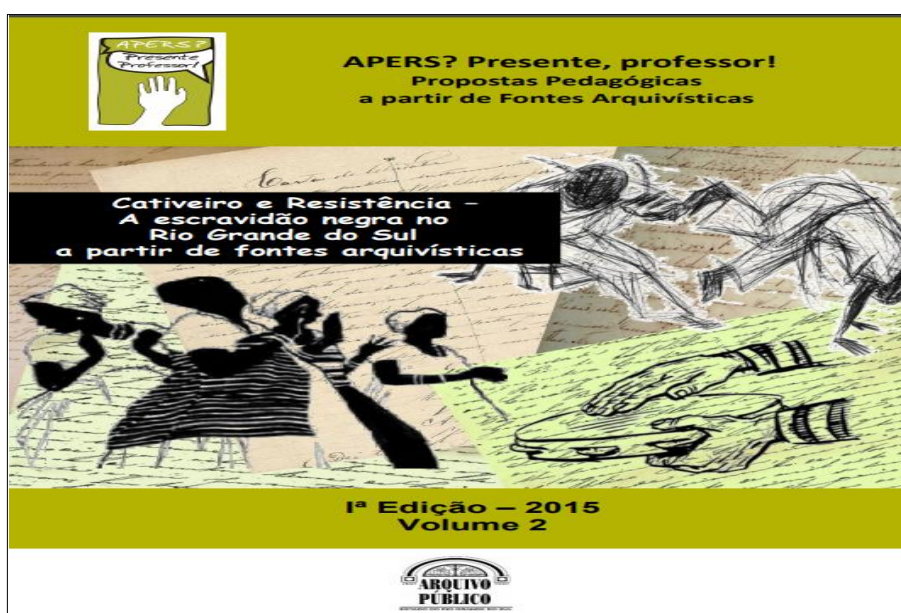
Fonte: APERS, 2021.

Com relação aos projetos são sublinhados:

A) Projeto AfricaNoArquivo: fontes de pesquisa & debates para a igualdade étnico-racial no Brasil. Resume-se no uso de um jogo de tabuleiro e de materiais de apoio, elaborados a partir de documentos relacionados à escravidão no Rio Grande do Sul. O material é distribuído para escolas, instituições de memória, ONGs e grupos de pesquisa interessados no tema.

B) Projeto APERS? Presente, professor! Propostas Pedagógicas a partir de Fontes Arquivísticas. Publicado em 2015, é uma coleção de propostas pedagógicas acessíveis de forma virtual. O projeto pretende auxiliar o professor em sala de aula.

Figura 3: Coleção de propostas pedagógicas do APERS



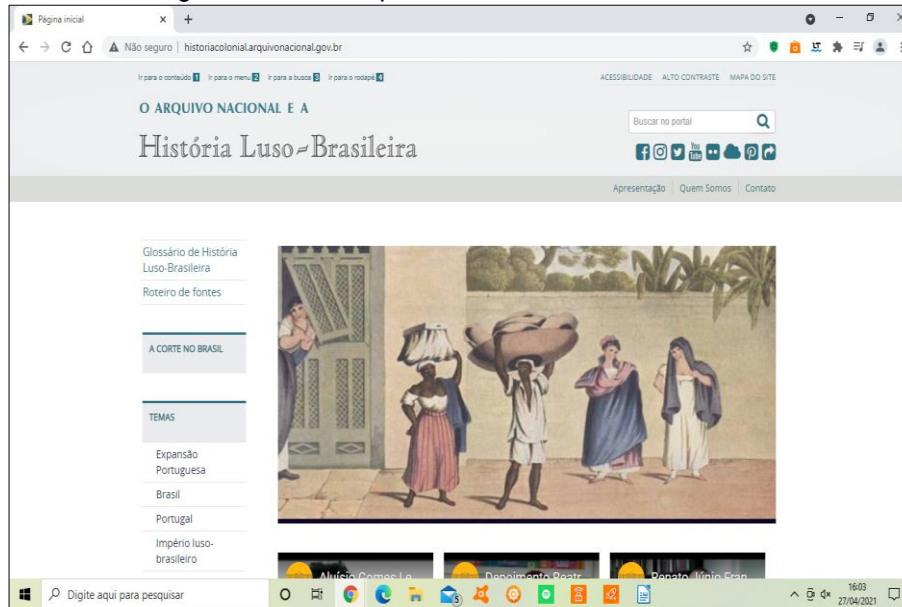
Fonte: APERS, 2021.

Conclui a apresentação das experiências brasileiras com o Arquivo Nacional (AN), a instituição arquivística mais importante do país, um integrante da Administração Pública Federal. O AN foi construído no ano de 1838 na cidade do Rio de Janeiro. As suas atividades educativas estão sob a responsabilidade da Equipe de Educação em Arquivos (Edarq), a qual promove o contato com a rede de ensino desde a educação básica ao ensino superior, oferecendo sessões de cinema educativo, exposições, oficinas especializadas, visitas culturais, técnicas e educativas e material de apoio aos professores (ARQUIVO NACIONAL, 2021).

Ainda como destaque da atuação do AN na área da educação, tem-se o site O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira, criado a partir do ano de 2002.

Nesse espaço é realizado a difusão do seu acervo, publicações e eventos referentes ao tema da história colonial, bem como, resenhas, ensaios, projetos e atividades educativas que contribuem para o ensino de história nos níveis médio e fundamental (HEYNEMANN et al, 2005).

Figura 4: Site o Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira



Fonte: Arquivo Nacional, 2021.

Além disso, detalhando mais a iniciativa, na estrutura do *site* consta um total de 5 dossiês temáticos, a saber Expansão Portuguesa, Brasil, Portugal, Império Luso-Brasileiro e A Corte no Brasil, todos com subdivisões resultando em sessenta subtemas. Uma diversidade de material para os professores trabalharem em sala de aula, alinhados aos conteúdos previstos no PCNs (CARVALHO; ZAMPA, 2017).

Elaborado exclusivamente para as demandas do ensino fundamental e médio, na seção Tema o professor, realizando a seleção de um subtema, terá disponível um comentário de um especialista sobre o assunto; ementas; na guia sala de aula poderá realizar a leitura de um texto transcrito ou acessar um documento digitalizado; e sugestões bibliográficas.

Por último é válido registrar a existência da base de dados denominada Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a História Luso-Brasileira. Esse produto abrange o período colonial e administração de D. João VI no Brasil, sendo assim, compreende o final do século XVI e as duas décadas do século XIX. Além do mais é possível selecionar temas como artes, cidades, domínio holandês, comércio de

escravos, famílias, festas religiosas, índios e outros assuntos. O conjunto documental é formado por cartas régias, processos crimes, memórias, inventários e outras espécies documentais (HEYNEMANN *et al*, 2005).

Conclusão

Nesse paralelo, dado as reflexões de conjuntura, teorias e conceitos, entende-se que o arquivo tem potencial de reproduzir e produzir saberes. Como espaço de difusão e ação cultural garante acesso a linguagens, tecnologias e conteúdos informacionais. É um espaço social que provoca e estimula novas percepções visuais, cognitivas, ao seu público.

Sabe-se que as instituições arquivísticas públicas brasileiras já realizam exposições, visitas técnicas, oficinas, lançamentos de livros, entre outras ações. Dessa forma, abertos a convivência da diversidade, podem ser utilizados para a prática educativa. Ser um lugar de produção de conhecimento escolar. Onde o professor, tendo habilidades e o compromisso político, poderá transformar os documentos em recursos didáticos.

Além disso, a realização de práticas educativas em arquivos públicos, associa-se aos processos de ensino-aprendizagem das concepções pedagógicas inovadoras. No mais, garante recursos para aplicações e experimentações didáticas. Portanto, os arquivos públicos devem ser reconhecidos como espaço não formal de educação, pois existem elementos sociais, questões culturais e políticas que corroboram essa noção.

A visita a um arquivo público, é um momento também lúdico, oportuniza o ensino da pesquisa escolar em história, por exemplo. Isto é, o contato com fontes de informações diferentes e seus conjuntos de signos, linguagens, símbolos e formatos, seja esse uma fotografia, uma carta, um jornal, um inventário. Como também, motiva os estudantes a realizarem problematizações, hipóteses, confrontação e associações de ideias, conclusões e observações próprias.

Ainda, encontra-se preconizado nas orientações dos PCNs, para a importância da produção do saber escolar de História, que as visitas a espaços culturais, de memória, e outros ambientes fora da sala de aula são recursos didáticos que inserem os alunos em situações de estudo, estimulando interesse e a participação.

Por último, enfatiza-se que a cultura é uma categoria indissociável da formação humana. Ou seja, na especificidade da ação humana, a cultura é ontologicamente considerável para o processo de aquisição do conhecimento e de humanização do indivíduo. Portanto, o aprimoramento cognitivo do ser humano depende das relações sociais vivenciadas e do uso de instrumentos e signos produzidos culturalmente pela sociedade.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. **Serviços**. Disponível em: <<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>>. Acesso em: 1 abr. 2021.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Difusão**. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao/acao_educativa> Acesso em: 1 abr. 2021.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver. **Arquivo e sociedade: experiências de ação educativa em Arquivos brasileiros (1980-2011)**. 2013. 252 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12804>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; FREITAS, Carla Janaína Pereira de; SILVA, Stanley Plácido da Rosa. **Ação educativa a distância: relato de uma prática com professores no arquivo público do estado de são paulo**. Revista História Hoje, v.3, n. 5, p.125-146. 2004. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/114>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **O sentido dos arquivos**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/9223738-O-sentido-dos-arquivos.html>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BORGES, Jussara; SANTOS, Keyla. **Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros**. ÁGORA, ISSN 0103-3557, Florianópolis, v. 24, n.49, p. 311-342, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/_repositorio/2015/01/pdf_c3131595af_0031588.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BORGES, Liliam Faria Porto. **Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács**. Revista Educação em Questão, v. 55, n. 45, p. 101-126, 13 set. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/12747>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. ZAMPA, Vivian Cristina da Silva. **O Arquivo Nacional na “Sala de Aula”**: fontes históricas na construção do conhecimento. Revista História Hoje, v.6, nº 12, p. 35-54, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Decio%20Filho/Downloads/365-1424-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021.

CERQUEIRA, Dagmar Dias. GONZALEZ, Wânia Regina Coutinho. **Trajetórias e reflexões sobre educação não formal**. Práxis Educacional. Vitória da Conquista, v. 12, n. 23, p. 377-404. set./dez.2016. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/919>. Acesso em: 21 mai. 2021.

FREIRE, Luiz Gustavo Lima. **Difusão educativa em arquivos**. Histórica, Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.34, 2009. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/educacao34/materia06/texto06.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2021.

FRÓES, Teresinha. Sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade da aprendizagem: implicações ético-políticas no limiar do século. In: LUBISCO, Nídia M. L; BRANDÃO, Lídia M. B. (org.). **Informação e informática**. Salvador: EDUFBA, 2000. 307 p.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social**. Meta: Avaliação. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan.-abr. 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal nas instituições sociais**. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 18, n.39, p. 59-75, set./dez. 2016. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3615>. Acesso em: 21 mai. 2021.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz; ISHAQ, Vivien; DUARTE, Elaine Cristina F.; ZAMPA, Vivian. **O Arquivo Nacional vai às escolas**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 18, n.º 1-2, p. 171-182, jan/dez 2005. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/192/192>. Acesso em: 27 mai. 2021.

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. Revista Em Extensão, v. 7, n. 1, 5 nov. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20390>. Acesso em 21 mai. 2021.

MOREIRA, Marco Antonio. **Teorias de aprendizagem**. 2ª ed. ampl. - [Reimp.]. - São Paulo: E.P.U., 2017. Disponível em: <https://sigaa.ifal.edu.br/sigaa/portais/discendente/turmas.jsf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

PEGEON, Annick. **Uma experiência pedagógica em arquivos:** A disciplina “Arquivo” dos Archives nacionais da França. *Acervo*. Rio de Janeiro. V. 25, n. 1, p. 89-102, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/339>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

SANTOS, Saulo César Seiffert; TERÁN, Augusto Fachín. **O uso da expressão espaços não formais no ensino de ciências.** *Rev. ARETÉ | Manaus*, v. 6, n. 11, p.01-15, jul-dez, 2013. Disponível em: <<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br//handle/riuea/3038>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

Recebimento: 08/07/2021

Aprovação: 20/12/2021



Q.Code

Editores-Responsáveis

[Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto](#), Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil

[Dr. Sebastien Pesce](#), Universidade de Orléans, França